

XENOFOBIA, PÓS-COLONIALIDADE E HOMONACIONALISMO NO SUL DA EUROPA.

Perspectivas da Catalunha

Marcos de Araújo Silva¹

Resumo: O termo homonacionalismo vem sendo utilizado para se referir aos discursos de políticos/as abertamente gays e lésbicas que instrumentalizam temores de partes do segmento LGBT das populações nacionais no intuito de que estes grupos sociais apoiem suas ideologias racistas e xenófobas. Estas ideologias possuem em comum a visão de que certas coletividades imigrantes, em especial as muçulmanas, deveriam ser excluídas de direitos de cidadania como votar e eleger representantes políticos, já que a concessão destes direitos para tais imigrantes caracterizaria uma ameaça aos direitos da população LGBT. Com base em pesquisas etnográficas, este artigo discute como o homonacionalismo está sendo difundido, interpretado, defendido e contestado na Catalunha e, para isso, foram ouvidos diversos segmentos: população LGBT, ativistas, políticos e imigrantes. Por fim, o artigo aponta perspectivas para refletir este fenômeno que irá progressivamente adquirir relevância na Europa, território que dentro de poucas décadas se converterá num continente de maioria muçulmana.

Palavras-chave: Homonacionalismo. Xenofobia. Gênero. Dádiva. Pós-colonialidade.

Abstract: The term Homonationalism has been used to refer to the speeches of openly gay and lesbian politicians that manipulate fears of some LGBT segments from national populations in order that these social groups can support their racist and xenophobic ideologies. These ideologies have in common the view that certain immigrant communities, especially Muslims, should be excluded from citizenship rights such as voting and electing political representatives, since the granting of such rights to such immigrants would characterize a threat to rights of LGBT population. Based on ethnographic researches, this article discusses how homonationalism is being disseminated, interpreted, defended and contested in Catalonia and, therefore, were heard several segments: LGBT activists, politicians and immigrants. Finally, the article presents some prospects to reflect this phenomenon that will progressively acquire relevance in Europe, a territory what within a few decades will become a majority-Muslim continent.

Keywords: Homonationalism. Xenophobia. Gender. Gift. Postcoloniality.

¹ Cientista Social/Pesquisador de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Doutor em Antropologia pela UFPE. E-mail: marcosimonstock@gmail.com

Introdução

Barcelona, 09 de janeiro de 2014. Durante a sessão plenária semestral do conselho municipal de gays, lésbicas, homens e mulheres transexuais da Prefeitura de Barcelona, os representantes das diversas associações de defesa dos direitos da população LGBT expuseram os principais problemas que vivenciam na atualidade: a dificuldade de inserção laboral das transexuais MTF (*male to female*) em virtude do preconceito, a crise financeira e os recortes sociais que afetam a continuidade de projetos em execução, a discriminação contra os idosos LGBT – discriminação esta que se potencializa quando tais idosos são pobres, negros, soropositivos e/ou imigrantes, etc. Antes do término da sessão, uma mulher catalã que participa de uma associação que luta pelos direitos das famílias LGBT expôs sua preocupação sobre a questão da integração social, no ambiente barcelonês, de grupos de imigrantes que, segundo ela, são abertamente homofóbicos. “*Eu não sou xenófoba, mas a verdade é que esses evangélicos, judeus ortodoxos e principalmente estes islâmicos radicais são um perigo eminente para os nossos direitos*”. Um debate surgiu a partir desta colocação e esta citada mulher concluiu assim os seus argumentos: “*Tento respeitar a todos, mas não sei como conviver com quem não me respeita como ser humano* [tradução do autor]”.

Na confraternização que ocorreu em um bar após a sessão plenária, o principal assunto das conversas foi a temática da crescente intolerância de alguns grupos imigrantes em relação aos consolidados direitos da população LGBT catalã, especialmente os de adotar crianças e de ter filhos através de gestações por substituição através de inseminações artificiais. Devido a esta citada intolerância, algumas pessoas comentaram que não concordam, mas acham compreensível o crescimento de partidos conservadores e que apresentam discursos relativamente xenófobos entre a população LGBT. De acordo com os comentários que foram feitos naquela ocasião e em outras que presenciamos, podemos trabalhar com a hipótese de que está ocorrendo uma significativa instrumentalização midiática em torno dos perigos que envolvem a consolidação da Eurábia², a “islamização” da Catalunha e uma relativa aceitação desta instrumentalização por inúmeros segmentos sociais, dentre eles, alguns LGBT³.

² Eurábia é um neologismo criado no contexto de uma teoria geopolítica que, baseada em previsões demográficas, supõe que devido às altas taxas de natalidade entre os imigrantes muçulmanos, a Europa se converterá num continente de maioria muçulmana nas próximas décadas. Este conceito foi popularizado por Bat Ye'or (jornalista e escritora judia nascida no Egito e de nacionalidade britânica) e também pela jornalista italiana Oriana Fallaci. Frequentemente, tal termo é utilizado por grupos e partidos políticos de extrema direita europeia que se opõem à imigração. De acordo com Bat Ye'or (2005) e Oriana Fallaci (2001), a Eurábia seria um projeto

Obviamente, as coletividades imigrantes em geral e muçulmanas em particular são heterogêneas e a maioria da população catalã tem consciência disso (MORERAS, 2010), porém tal aceitação é um indicativo de que os conflitos interculturais e ideológicos entre catalães e imigrantes muçulmanos chegaram a um ponto no qual não podem mais ser desconsiderados politicamente. Esta instrumentalização política e midiática constitui um fenômeno heterogêneo que envolve diversos interesses econômicos e políticos e, além disso, apresenta interfaces com as dimensões do gênero e dos direitos sexuais. Não por acaso, seguindo o exemplo ou o legado de políticos abertamente gays de países como Holanda – particularmente Pim Fortuyn⁴ –, alguns conselheiros municipais⁵, prefeitos e deputados catalães passaram a expor discursos e adotar posturas que, do ponto de vista analítico, podem ser caracterizadas como homonacionalistas.

Desde o início deste século XXI, o termo homonacionalismo vem sendo utilizado na América do Norte e na Europa (enfaticamente nos países setentrionais) para se referir aos discursos e práticas de políticos/as abertamente gays e lésbicas que instrumentalizam alguns temores de partes do heterogêneo segmento LGBT das populações nacionais no intuito de que estes grupos sociais apoiem suas ideologias conservadoras, racistas e xenófobas. Tais ideologias defendem questões diversificadas, mas possuem em comum a visão de que certas coletividades imigrantes, em especial as muçulmanas, deveriam ser excluídas de direitos básicos de cidadania como votar e eleger representantes políticos, já que a concessão destes direitos para estes imigrantes caracterizaria uma ameaça aos direitos da população LGBT.

Para Jasbir K. Puar (2007), o homonacionalismo constitui um fenômeno que faz com que as configurações da sexualidade, raça, gênero, nação, classe e etnia se realinhem de acordo com as prerrogativas geopolíticas e econômicas que vem sendo estabelecidas desde

colonialista com origem nos países de maioria muçulmana xiita e que logrará êxito caso as populações europeias não tomarem medidas radicais de combate à “islamização” do continente.

³ De acordo com dados divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estadística) do governo espanhol, em 2012 foram contabilizados 5.711.040 de imigrantes na Espanha, o que corresponde a 12,1% da população total do país – sendo a coletividade romena a mais numerosa, com 895.970 pessoas e a marroquina a segunda mais numerosa, com 783.137. Já Catalunha possui, também segundo dados de 2012, uma população total de 7.565.603 habitantes, dos quais 13% possui nacionalidade estrangeira. Com base em dados de 2013, o Idescat (Institut d'Estadística de Catalunya) estima que existam mais de 400.000 imigrantes muçulmanos na Catalunha e que aproximadamente 95% destes sejam provenientes do Marrocos.

⁴ Pim Fortuyn (1948-2002) foi um político e sociólogo holandês, fundador do partido LPF (Lista Pim Fortuyn) e assassinado durante a campanha eleitoral de 2002 pelas suas posições críticas em relação às políticas de imigração indiscriminada e contra o fundamentalismo islâmico. Abertamente homossexual e católico devoto, ele defendia que o aumento de uma “subcultura islamista” constituía um perigo para os valores democráticos dos Países Baixos.

⁵ Na Espanha, o cargo público de *concejales municipales* pode ser equiparado ao que no Brasil corresponde à figura dos vereadores.

2001 pelos EUA, seus aliados e suas respectivas forças de securitização, contraterrorismo, e nacionalismo. Examinando a política adotada pelos EUA desde o início deste século XXI, Puar acredita que embora os movimentos de defesa dos direitos da população LGBT tenham alcançado partes do “mainstream” e que isso tenha contribuído para mudar significativamente as imagens anteriormente hegemônicas e profundamente marcadas pelo preconceito que a maioria da sociedade norte-americana nutria sobre a homossexualidade, as ideologias heteronormativas continuam dominantes na política daquele país. A diferença, segundo esta autora, é que agora tais ideologias heteronormativas são acompanhadas de perto por ideologias homonormativas, que replicam de maneira estreita noções conservadoras que interseccionam as noções de raça, classe, gênero e ideais nacionais.

Estes "homonacionalismos", na visão de Puar, foram articulados para distinguir de forma hierarquizada entre o que possa ser considerado “corretamente hetero”, assim como “devidamente homo”. Ou seja, para ser visto como um “bom patriota americano” (seja hetero ou homossexual) dever-se-ia, dentro destas lógicas excludentes, ajudar a identificar e enquadrar possíveis terroristas e “inimigos” da pátria e/ou da liberdade a partir de parâmetros não apenas étnicos, mas também sexualizados e racializados – especialmente imigrantes hindus, muçulmanos e árabes – e isso ocorreria de maneira simples: bastaria isolá-los, detê-los e deportá-los. Diante destes cenários, esta autora combina proficuamente elementos da teoria *queer* com o que podemos chamar de um feminismo transnacional e com alguns preceitos da noção de biopolítica de Michel Foucault (2008).

Segundo Puar, no interior dos cada vez mais disseminados processos de homonacionalismo que são empreendidos pelas nações Ocidentais que mais recebem imigrantes, encontra-se subsumida uma islamofobia crescente e é necessário reconhecer que tal fenômeno de difusão de ódio e aversão aos muçulmanos se desencadeia no interior dos processos de globalização cada vez mais neoliberais que são capitaneados pelos EUA e pelos países da União Europeia. É por isso que, coerentemente, esta teórica associa estes conservadores processos nos quais se circunscreve a difusão global de preceitos homonacionalistas a conjunturas ideológicas que advogam, subliminarmente, porém eficazmente, que os direitos humanos continuem cada vez mais restringidos à esfera do indivíduo.

Dom, gênero e as políticas públicas

No livro que organizaram sobre a perseguição aos homossexuais e transexuais na Catalunha durante o Franquismo, José Benito Eres Rigueira e Carlos Villagrasa Alcaide (2008) apontam para o caráter de seletividade que circunscrevia tal perseguição: ou seja, pessoas que pertenciam grupos elitizados, ligados à esfera política e militar dominante ou aos setores eclesiásticos da Igreja Católica costumavam receber das forças coercitivas atuantes apenas orientações para que “dessem menos pinta”. Ações bem diferentes das práticas violentas indiscriminadas, das prisões injustificadas e dos tratamentos “terapêuticos” forçados aos quais as populações LGBT das classes baixas e médias e/ou que não possuíam “apadrinhados” na ditadura franquista estavam sujeitos.

Tivemos a oportunidade de conversar com estes dois autores durante nossas investigações em Barcelona e ambos concordaram que lhes parece uma perspectiva analítica fértil analisar como os preceitos homonacionalistas oriundos da Europa setentrional estão sendo adaptados por seus simpatizantes às particularidades socioculturais e históricas de países mediterrâneos como a Espanha. Eles ainda salientaram que as formas através das quais o homonacionalismo vem se manifestando na Catalunha parecem que atualizam alguns preceitos que Hannah Arendt (1974) teceu em seu clássico estudo sobre as origens do totalitarismo. Isto é, para Eres Rigueira e Alcaide, as iniciativas homonacionalistas se interconectam semanticamente com os históricos projetos imperialistas e colonialistas, só que circunscritas pelas novas e dinâmicas geopolíticas de poder e revestidas pelas contemporâneas e transnacionais articulações que os processos de globalização atuais permitem.

Assim, refletir criticamente sobre o homonacionalismo implica contemplar os complexos processos políticos e socioculturais que Heriberto Cairo e Ramón Grosfoguel (2010) chamam de “descolonização dos universalismos eurocêntricos”, processos estes que permitem desconstruir os essencialismos, visualizar as novas tramas de dependências e imperialidades que as ideologias neoliberais difundem e repensar a Europa a partir da insurgência de fenômenos relacionados à pós-colonialidade. Segundo Cairo e Grosfoguel, uma das premissas para operacionalizar empreendimentos epistemológicos nesta direção e de uma forma minimamente consistente é assumir desde o início uma perspectiva pós-geográfica, isto é, não limitada às fronteiras territoriais físicas, mas que incluam também as intersecções que fazem com que áreas como a América Latina e partes da África se façam

presentes e atuantes politicamente no continente europeu e contribuam para a construção de novas *ecologias de saberes* (SANTOS, 2007).

Considerando estas perspectivas teóricas, iniciamos as nossas investigações na Catalunha e logo nos primeiros dias, foi possível perceber como boa parte dos diversos atores sociais envolvidos na questão do homonacionalismo já haviam construído posicionamentos e estratégias para lidar com este transversal fenômeno político e social. Em cidades e municípios catalães como Barcelona, Sitges e Tarragona, por exemplo, encontramos políticos/as de diversos partidos (alguns/mas abertamente homossexuais e outros/as que se definiram como “simpatizantes da causa”) e ativistas LGBT que afirmaram que lutam pela integração de todos os coletivos imigrantes, mas que algumas coletividades muçulmanas deveriam ter alguns direitos restringidos; particularmente o direito de auto-representação política, isto é, poder votar e eleger representantes. Segundo tais pessoas, enquanto não forem capazes de respeitar plenamente e de conviver com a diversidade cultural e de gênero, os membros destas coletividades muçulmanas “radicais” precisariam continuar, no território catalão, tendo o que chamaram de “cidadanias parciais”, ou seja, com direito a ter acesso aos mecanismos do Estado de Bem-estar social (saúde, educação formal, etc.) e abrir locais de culto, mas sem o poder de interferir na esfera pública através das esferas políticas tradicionais (governamentais).

Diante destes cenários, alguns grupos de imigrantes muçulmanos de orientação sunita e principalmente xiita vêm procurando, no território catalão, criar espaços alternativos de mobilização social nos quais possam defender publicamente suas ideologias e, principalmente, lutar por políticas que reconheçam e respeitem suas particularidades culturais e ideológicas (SEGLERS, 2011). Tais espaços são comumente transnacionais (interligando Catalunha a países como Marrocos, Nigéria, Egito, Argélia e Tunísia, entre outros) e procuram, dentre outras iniciativas, ampliar suas presenças políticas por meio da atuação em esferas não-tradicionais, isto é, não-governamentais, não-partidárias e nem sindicais. Para a consecução destes intentos, articulam redes de cooperação nas áreas da educação e saúde (criação de escolas, centros educativos e ambulatórios médicos alternativos), buscam internacionalizar suas associações comunitárias e religiosas e estabelecem linhas de microcrédito que permitem tanto a sobrevivência econômica de alguns membros, quanto a estruturação de investimentos mútuos em empresas familiares, que são baseadas nas lógicas de reciprocidade do *dom* (MAUSS, 1974; MARTINS, 2006) e que em alguns casos

potencializam conflitos ou desigualdades já existentes – ou seja, tratam-se de circuitos de dádivas que em muitos casos possuem um caráter agonístico.

Paulo Henrique Martins (2006) lembra bem que o reconhecimento da dádiva como um sistema de obrigações paradoxais, considerado como básico para a criação do vínculo social, não significa que se deve automaticamente vincular o dom e a democracia ou o dom e a simetria. Segundo este autor, é importante admitir que os sistemas de dádivas predominantes (dádiva agonística, dádiva sacrificial, dádiva amical, dádiva caritativa, dádiva clientelista) não costumam fundar experiências democráticas e/ou simétricas, mas hierárquicas e verticalizadas. Estas últimas características não estão presentes no que Martins (2011) chama de circuitos de *dádiva de aliança* ou *dádiva de generosidade comunitária*: experiências sociais que promovem uma percepção mais ampla da noção de política, que são marcadamente mais reflexivas e que por serem geradoras de solidariedade, promovem a circulação do *dom do reconhecimento*, ou seja, da circulação de sentimentos recíprocos e de bens materiais e simbólicos que abrem perspectivas para a justiça social e para os direitos de cidadania. Nas pesquisas que empreendemos no território catalão, não visualizamos práticas que pudessem ser caracterizadas por viés do *dom do reconhecimento*, e isso nos permite considerar que as relações interculturais entre os diversos segmentos sociais envolvidos são marcadas por um cosmopolitanismo⁶ cujo potencial de conflito só tende a crescer nos próximos anos.

Nesse sentido, é possível considerar alguns importantes fatores inerentes a esta complexa realidade social. De um lado, uma heterogênea população LGBT que luta pela manutenção dos seus direitos (ameaçados não apenas pela presença muçulmana, mas também – e principalmente, no nosso entender – pelo fortalecimento de partidos políticos conservadores e/ou religiosos). Do outro, uma também heterogênea coletividade de grupos imigrantes muçulmanos que lutam por reconhecimento e que, nos termos de Axel Honneth (2003), articulam *gramáticas sociais* específicas que são mobilizadas nos conflitos interculturais que se desencadeiam a partir destas suas específicas e diversificadas demandas. Ou seja, para compreendermos tal realidade é importante, primeiramente, considerarmos a complexa questão dos processos de integração social.

⁶ De acordo com Giuliana Prato (2009), Silvia Surrenti (2009) e outros/as teóricos/as contemporâneos da Europa, o termo cosmopolitismo diz respeito a estilos de vida e sensações restritas na maioria dos casos à esfera do indivíduo (por exemplo, falar várias línguas, sentir-se membro de grupos elitizados que conhecem as metrópoles mais famosas do mundo ocidental, etc.). Já o termo cosmopolitanismo aponta para espaços geográficos e simbólicos nos quais se desenvolvem diálogos e conflitos interculturais, fluxos transnacionais e relações de poder entre grupos sociais.

Segundo imigrantes de diversas nacionalidades com os quais dialogamos na Catalunha, o governo espanhol em geral e desta região em particular vêm cometendo dois graves equívocos: primeiro, estes políticos costumam dizer que “todos imigrantes devem se integrar”, mas não oferecem condições efetivas a todos os grupos imigrantes para que esse processo ocorra de uma forma adequada e que respeite as diferenças internas de cada grupo. Além disso, segundo estes citados interlocutores, os políticos catalães parecem ter ideias de “integração” que diferem substancialmente das suas próprias ideias a respeito do que constitua este processo. Parte destes interlocutores comentou que no interior dos seus próprios grupos, existem membros que não querem uma plena integração na sociedade catalã, mas apenas uma tipologia específica, como a integração econômica, cultural ou social.

Em termos sociológicos, um aspecto interessante em relação à noção de “integração” é que para Luca Di Sciullo (2010), os fatores objetivos disponíveis nos dados estatísticos não são suficientes para avaliar o nível de integração efetiva dos imigrantes em um dado contexto – isto porque em um hipotético território no qual todos os fatores estruturais fossem encontrados em níveis satisfatórios, é possível verificar que os imigrantes não se sintam (e de fato não sejam) integrados⁷. Assim, Di Sciullo (2010) acredita que as condições prévias fundamentais para que os processos de integração possam ser acionados e atingirem bons resultados é que os atores sociais em jogo se reconheçam reciprocamente como interlocutores, um do outro, em um plano de igualdade e este reconhecimento recíproco deve necessariamente encontrar uma concreta tradução em uma série de âmbitos objetivos da vida social, âmbitos os quais as mesmas políticas de integração são chamadas a intervir para tornar efetiva a paridade entre “autóctones” e “imigrantes”. Este autor reconhece que, na realidade, é muito difícil que os imigrantes possam entrar, como sujeitos plenos e interlocutores de nível igual ao dos nacionais em relacionamentos recíprocos, quando de fato não se concedem as condições mínimas necessárias para uma substancial paridade com os nacionais em dimensões fundamentais da vida social, o que faz com que na prática, a população imigrada

⁷ Para este autor, “de fato, a integração é um fenômeno multidimensional, que também contempla fatores subjetivos, individuais que incluem, por exemplo, o impacto psicológico com o contexto de chegada, a qualidade das relações sociais que se instauram no lugar no qual se vai viver e, principalmente, o grau de correspondência entre a realidade que se encontra e as expectativas de integração de qualquer imigrado. Justamente porque os fatores subjetivos entram plenamente a fazer parte dos componentes determinantes da integração, e todavia permanecem mutáveis, não se deve surpreender o fato de que a integração se torna difícil de ser definida de forma unívoca, ou seja, em um modo válido para todos e em cada tempo, ela requer ser sempre “ajustada” em relação a uma particular população imigrada e a uma específica sociedade de acolhimento à qual nós nos referimos, em uma determinada fase da história migratória de um país” (DI SCIULLO, 2010, p. 319 [tradução do autor deste artigo]).

experimente, majoritariamente, um estado de inferioridade e se veja obrigada a lançar mãos de estratégias próprias para lutar pelos seus direitos e dos seus descendentes.

A descolonialidade e o nacionalismo catalão

Para Jasbir K. Puar (2013) e Eric Fassin (2009), as coletividades LGBT estão sendo manipuladas pelos governos neoliberais e de extrema direita europeus, já que tais governos perceberam que a forma mais eficaz de desativar suas críticas e homogeneizar as dissidências seria integrá-las nas diretrizes dos seus programas. Tal integração, de acordo com tais autores, vem sendo utilizada para oprimir outras minorias com base em marcadores raciais, étnicos, religiosos e culturais e dessa forma, muitas nações que concederam certos direitos às suas respectivas coletividades LGBT fizeram isso com a intenção de se confirmarem como homonacionais e nutrir os antagonismos sociais. Segundo Puar e Fassin, uma das diversas fragilidades das iniciativas e práticas governamentais homonacionalistas é não considerar devidamente as pessoas que integram a chamada “diáspora LGBT”, ou seja, aqueles/as que fugindo da forte discriminação sexual que sofriam em seus países de origem, optaram por emigrar e por se empenhar em vivenciar dissidências diante dos padrões heteronormativos e converteram suas sexualidades em um fato político – fato este que costuma ser desprezado pelo homonacionalismo.

No caso, específico da Catalunha, tanto partidos considerados “de direita” como CiU e PP⁸, quanto partidos “de esquerda” como ERC⁹, criaram nos últimos anos setoriais LGBT, isto é, áreas específicas para se preocupar com as diretrizes partidárias em relação a este segmento populacional. O problema, segundo J. – imigrante e ativista social que é colaborador de uma ONG barcelonesa e que já foi assessor parlamentar na Catalunha –, é que a maior parte dos componentes destas setoriais é, abertamente ou de forma “simulada”, altamente xenófoba e homonacionalista. Para J., este aspecto é significativamente contraditório, já que os constantes episódios de violência de cunho homofóbico e transfóbico que ocorrem dentro e fora do território catalão são, majoritariamente, empreendidos por

⁸ Convergència i Unió (CiU) é a federação de dois partidos políticos nacionalistas catalães e está integrada pela “Convergència Democràtica de Catalunya”, de ideologia liberal e de centro e o “Unió Democràtica de Catalunya”, de ideologia que se define como “democrata-cristã”. O Partido Popular (PP) é um partido político conservador espanhol fundado em 1989 e que nos seus estatutos se define como de “centro reformista”.

⁹ ERC (Esquerra Republicana de Catalunya [Esquerda Republicana de Catalunha]) é um partido político fundado em Barcelona em 1931 que, embora tenha sido originalmente federalista, defende a independência dos territórios de língua catalã (Catalunha, Ilhas Baleares, Comunidade Valenciana e Rosilhão francês).

catalães e espanhóis nacionalistas, fundamentalistas, xenófobos e neonazistas. Nesta visão, os grupos LGBT que apoiam preceitos homonacionalistas acabam fortalecendo correntes ideológicas que oprimem a eles próprios.

Descrevendo o caráter histórico e processual da xenofobia na Catalunha nas últimas três décadas tendo como enfoque a biografia de Josep Anglada (político de ultradireita) e sua atuação na “Plataforma per Catalunya” (partido de extrema-direita), Xavier Rius Sant (2011) fornece dados e informações que, aliadas às pesquisas etnográficas que conduzimos no território catalão, permitem apontar que o homonacionalismo como fenômeno social e político não se encontra presente apenas nos países da Europa setentrional, já que as posturas e práticas de algumas setoriais LGBT de partidos políticos catalães (em consonância com o que vem ocorrendo em outros países mediterrâneos) permitem caracterizar tal fenômeno como uma realidade e não só como uma prospecção. De acordo com alguns jornalistas e políticos entrevistados, é perigoso que cada vez mais segmentos populacionais catalães (especialmente os jovens) não percebam que tanto o racismo como a homofobia e a xenofobia são manifestações de ódio que possuem como finalidade eliminar alguns “outros” que por alguma particularidade se apresentam como diferentes e que, por alguma circunstância, esses “outros” podem vir a ser constituídos de membros de qualquer grupo social.

Eric Fassin (2009) parece ter razão quando argumenta que o homonacionalismo, embora apresente variações e matizes diferenciadas no território europeu, não soube ou não quis, em termos majoritários, contemplar as contribuições da teoria *queer*. Na Holanda, existe um departamento da polícia federal dedicada exclusivamente à proteção dos membros dos grupos LGBT que foram agredidos ou que se sentem ameaçados por imigrantes muçulmanos e em outros países europeus, já existem iniciativas para criarem departamentos similares ou com funções análogas. Fassin então comenta que os partidos anti-imigração vêm conseguindo se fortalecer e obter muitos votos entre os homossexuais europeus não apenas devido a uma inegável instrumentalização política e midiática, mas também porque, de fato, são cada vez mais frequentes os problemas entre pessoas do segmento LGBT e grupos de muçulmanos, católicos, evangélicos e judeus ultraconservadores; grupos que direta ou indiretamente, incitam o ódio baseado em intolerâncias relativas à pluralização das identidades de gênero e à concessão de direitos de cidadania para membros dos grupos LGBT.

Dessa forma, Fassin (2009, p. 27-28) percebe a aliança entre posições nacionalistas radicais e homossexuais europeus como algo bastante compreensível, já que o nacionalismo, desde o século XIX até a 2ª Guerra Mundial, foi construído a partir de modelos de

masculinidade e heteronormatividade que tanto excluía as mulheres, quanto menosprezava os homossexuais masculinos. Já na atualidade e seguindo modelos oriundos da Europa setentrional, os direitos das mulheres e dos homossexuais estão se convertendo, em termos majoritários, como um dos pontos que costumam não ficar de fora das pautas dos partidos de centro-direita no Sul da Europa.

É por isso que Fassin cita o caso do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, que em 2007, justificou a criação de um ministério da imigração e da identidade nacional alegando que estava pretendendo “defender a igualdade entre os sexos e a liberdade das mulheres”, uma vez que os imigrantes muçulmanos eram sexistas (praticavam violência doméstica, eram poligâmicos, faziam casamentos forçados, reprimiam a sexualidade de suas filhas adolescentes e a orientação sexual de seus filhos quando esta era considerada “pecaminosa”, etc.). Nesse sentido, o discurso que ajudou a eleger Sarkozy, segundo Fassin, concatenava os problemas relativos à imigração e à “identidade nacional francesa” (teoricamente fundamentada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade) não só visando “proteger” as mulheres, como também se ampliou e incluiu em suas proposições, de uma maneira significativamente conservadora, a questão dos direitos dos/as homossexuais.

De acordo com Fassin, é tal conjuntura que permite a proliferação de nacionalismos sexuais pela Europa contemporânea: nacionalismos que, em sua opinião, reivindicam a exclusão de segmentos sociais que são vistos como “retrógrados” e “ameaçadores” dos direitos democráticos ocidentais, sem assumir, de uma maneira crítica e reflexiva, o racismo e a xenofobia que lhes são constituintes. Para este teórico, o homonacionalismo possui variações e é interpretado de maneiras particulares por cada sociedade europeia, mas em comum, este fenômeno político possuiria o fato de procurar criar alteridades conflitivas e justificar a segregação delas em nome dos valores democráticos e da “democracia sexual”.

Tais cenários, complementa Fassin (2009, p. 49-52), fornecem subsídios para que se produzam divisões entre as coletividades LGBT e isso faz com que seus membros, majoritariamente, percebam ou valorizem apenas as faces “positivas” do homonacionalismo, ou seja, aquelas que remetem à suposta defesa dos direitos já conquistados. Entretanto, este autor nos lembra o quanto tais atitudes reducionistas podem ser perigosas, pois da mesma forma que vem sendo fácil para os simpatizantes do homonacionalismo denunciarem a homofobia nas banlieues¹⁰ marginais e “islamizadas” (como se não existisse homofobia nas

¹⁰ Em países francófonos, *banlieue* se refere aos arredores de uma cidade, onde as populações pobres e imigrantes se estabelecem. O termo se popularizou na Europa depois das violentas agitações promovidas por

áreas centrais das cidades), também vem sendo fácil essas pessoas se esquecerem ou não considerarem devidamente as práticas homofóbicas que estão bastante presentes em outras classes sociais, em outros contextos urbanos e que afetam e oprimem as coletividades LGBT de forma generalizada, tanto dentro quanto fora da França.

Fassin enfatiza que discursos conservadores e populistas como os de Marine Le Pen ou de Josep Anglada na Catalunha, são perigosos não apenas porque instrumentalizam inquietudes, mas, sobretudo, porque incitam a população de maneira geral a traçar fronteiras, a conceber o mundo baseado em oposições entre “nós” e “eles”. Em nome de uma suposta democracia sexual, tais oposições sugestionam percepções de cunho evolucionista nas quais alguns possuem o direito (e a obrigação moral e social) de “civilizar” os “outros” ou de segrega-los da esfera da cidadania. Ou seja, Fassin parece estar correto quando identifica que nas manifestações contemporâneas do homonacionalismo em países da Europa e da América do Norte, existem alguns resquícios do chamado “colonialismo clássico”: no qual uma concepção de universalismo ocidental tenta impor à força os seus valores e as suas ideologias e que se vale atualmente de diversas esferas para difundir seus ideais e alcançar os seus objetivos. Dentre tais esferas, este autor destaca o papel simbólico da indústria transnacional do entretenimento, das redes sociais comunicativas e dos jogos virtuais.

Refletindo sobre as especificidades que esta problemática apresenta no Estado espanhol, Jorge Verstryngge (2013) defende que os fatores econômicos e socioculturais que tendem a aproximar homossexuais e nacionalismo estão umbilicalmente relacionados com as mudanças de orientação e identificação política pelas quais estão passando diversos segmentos sociais, dentre estes, aqueles grupos que integram a heterogênea coletividade LGBT. Verstryngge argumenta que desde o final do Franquismo, gays e lésbicas se identificavam com os partidos de esquerda, já que estes eram os que defendiam publicamente os direitos LGBT. Contudo, este autor aponta que como os principais direitos que reivindicavam a população LGBT espanhola já foram alcançados (matrimônio, adoção de crianças, etc.), estes direitos deixaram de ser vistos como “legados da esquerda” e passaram a ser percebidos como “patrimônio da democracia”: sobre os quais nenhum partido que queira manter-se no poder ou que o almeje, irá promover mudanças, já que os direitos LGBT passaram a integrar, no território espanhol, tanto em termos jurídicos, quanto em termos de aceitação pela maioria da sociedade, parte constitutiva dos direitos humanos.

jovens imigrantes que ocorreram em 2005 em bairros caracterizados como *banlieue* da área metropolitana de Paris.

Segundo Verstrynge, os partidos de esquerda em territórios espanhóis como Catalunha, Comunidade de Madri e País Basco (as regiões mais ricas e industrializadas do Estado espanhol) estariam pecando por um excesso de “relativismo” e por uma certa “comensurabilidade de valores”. Este último fator, na opinião de Verstrynge, choca-se com ideologias nacionalistas, racistas e xenófobas que vêm adquirindo cada vez mais respaldo de segmentos populacionais catalães, madrilenos e bascos e que postulam a impossibilidade de aceitar e dialogar com certos grupos islâmicos, ou melhor, com alguns preceitos culturais considerados “arcaicos”, “incivilizados” e “antidemocráticos” que seriam integrantes da “mentalidade” de tais segmentos muçulmanos. Torna-se então compreensível, na perspectiva deste autor, que as coletividades LGBT catalãs se sintam mais à vontade compartilhando de prerrogativas e orientações políticas de cunho mais neoliberal e que articulam a difusão de alteridades conflitivas e contra as quais se deveria lutar. Tais alteridades são: as coletividades islâmicas (que majoritariamente não reconhecem a homossexualidade e nem a diversidade de gênero) e algumas latino-americanas e africanas, particularmente aquelas compostas por imigrantes cristãos (católicos e evangélicos) conservadores que não saberiam abrir-se ao diálogo, respeitar e nem valorizar as culturas particulares dos grupos LGBT.

No cotidiano das pesquisas etnográficas, encontramos políticos/as, ativistas, líderes comunitários, estudantes, aposentados/as e trabalhadores/as dos mais variados setores e quando tocávamos na questão do homonacionalismo, alguns disseram não conhecer o termo e nem o seu significado. Todas estas pessoas, entretanto, após ouvirem uma breve descrição do fenômeno, comentaram que ele fazia parte do cotidiano político e social catalão; mais de dez interlocutores/as disseram que conheciam políticos e ativistas sociais que poderiam perfeitamente ser caracterizadas como “homonacionalistas” devido às atitudes e às “visões de mundo” que expressam em seus respectivos trabalhos. De uma forma geral, podemos considerar que a maioria dos/as catalães/as com os/as quais dialogamos acreditam que tal fenômeno integra uma conjuntura ideológica e conservadora mais ampla que vem se fortalecendo desde o início da crise econômica em 2008 nos países do Sul da Europa. Para certos grupos específicos de interlocutores (jovens secundaristas e universitários/as LGBT e parte dos/as ativistas sociais LGBT que atuam em Barcelona), o homonacionalismo seria um “mal necessário” para esses tempos de mudança social nos quais os valores democráticos estariam ameaçados pela seminal chegada às esferas do poder político de representantes de grupos que não saberiam o que é democracia e o respeito à diversidade em todos os sentidos.

Jaume, 48 anos, nasceu em Girona e é conselheiro de um município do interior da Catalunha pelo PSC¹¹. Para ele, o homonacionalismo pode muitas vezes demonstrar apenas o seu viés conservador, mas este fenômeno teria outras matizes e seria, na contemporaneidade, uma postura imprescindível diante do fortalecimento de grupos muçulmanos e evangélicos ultraconservadores que almejam tanto tomar posições de comando dentro das esferas políticas municipais catalãs, quanto “colonizar” ainda mais a Catalunha. Jaume é independentista e considera que, há séculos, os catalães vêm sendo colonizados pelo Reino da Espanha. Nessa lógica, lutar contra a “islamização” faria parte de uma batalha mais ampla que os catalães empreendem historicamente em defesa da sua descolonialidade. Nas suas palavras:

Como você acha que a gente pode dar direitos, dar a possibilidade de ascensão social e política para essa gente? Para essas pessoas que não querem a democracia e nem nos respeitam como uma nação própria, distinta da Espanha? Se a gente não der um freio neles, eles devagar vão querer impor uma teocracia aqui na Catalunha. [...] Eu não vou abrir mão dos direitos que nós gays conquistamos depois de tantas lutas. Se eles tão dispostos a guerrear, eu também estou, com a diferença de que os valores democráticos estão do meu lado e dos meus companheiros [tradução do autor].

Estas visões de Jaume são compartilhadas por outros/as políticos/as, ativistas sociais e trabalhadores/as com os/as quais conversamos sobre a questão do homonacionalismo na Catalunha de dezembro 2013 até fevereiro de 2014. Jaume reconhece que sua postura pode ser caracterizada como homonacionalista, mas ele salientou que não se trataria de um homonacionalismo “conservador” (unilateral e fechado ao diálogo), mas sim “democrático” e “socialista”. Na sua opinião, quando nenhum grupo imigrante presente no território catalão ameaçar os direitos da população LGBT em virtude de quererem impor suas cosmologias ao resto da população através de iniciativas “antidemocráticas”, então ele e outros “defensores da cidadania” poderão deixar de ser homonacionalistas. Por enquanto, Jaume acredita que esta possibilidade é inviável. Porém, aos poucos, este político vem procurando dialogar com alguns muçulmanos e evangélicos e afirmou ter recebido um “feedback positivo” de alguns deles. Como retribuição, sempre que possível Jaume procura enfatizar, no seu círculo de relações sociais, a diversidade destes “outros” e que a convivência pacífica pode ser lograda em termos de futuro, desde que todos compreendam plenamente o que é respeito mútuo.

¹¹ PSC (Partido dos Socialistas da Catalunha) é um partido político espanhol de âmbito catalão e de ideologia que se define como “socialdemocrata” e “federalista”, ou seja, oficialmente este partido defende a permanência da Catalunha no Estado espanhol.

A Pós-colonialidade e o homonacionalismo na Catalunha

O termo homonacionalismo adquiriu bastante visibilidade na Catalunha, especialmente entre as ONGs de defesa dos direitos LGBT e entre os setores da população envolvidos diretamente nestas questões, a partir de 19 de junho de 2010. Naquela data, Judith Butler rechaçou o prêmio que lhe seria outorgado pelos organizadores do Orgulho Gay de Berlim e acrescentou que deveria se distanciar daquilo que chamou de “cumplicidade racista”, particularmente o “racismo anti-muçulmano”¹². Butler comentou na ocasião que na Alemanha e em outros países europeus, alguns coletivos gays brancos vêm promovendo um “homonacionalismo racista” e acrescentou que tal fenômeno é prejudicial à sociedade como um todo, pois *“as pessoas bi, trans e queer podem ser utilizadas por aqueles que querem a guerra”*.

Alguns ativistas catalães comentaram que o cotidiano de bares e casas noturnas do Gaixample¹³ e de eventos LGBT transnacionais que ocorrem anualmente em Barcelona como o Circuit Festival¹⁴ têm sido atravessados por um racismo sistemático e por processos de segregação nos quais os imigrantes não-brancos, pobres e/ou que não falam catalão são tratados como “pessoas de segunda categoria”. Isso ocorre, de acordo com tais pessoas, devido, principalmente, a três fatores que circunscrevem uma crescente instrumentalização midiática na TV e nas redes sociais da internet e que: 1) potencializa temores prévios da população, 2) não distingue entre agressões homófobas e crimes que não apresentam esta conotação, e 3) associam qualquer caso de violência no qual a vítima seja gay, lésbica, bissexual ou transexual à presença de “imigrantes homófobos” na Catalunha, isto é, grupos de estrangeiros que estariam colocando a população LGBT catalã em risco e que são constituídos por africanos, sul-americanos e, sobretudo, árabes¹⁵.

¹² Fonte: <http://faecalorchidea.blogspot.com.br/2010/06/contra-el-homonacionalismo-judith.html>. Acesso em 13/12/2013.

¹³ O Gayxample ou Gaixample (acrônimo derivados dos termos “gay” e “Eixample” [expansão]) é o nome com o qual se conhece popularmente uma zona central do distrito barcelonês de Eixample e no qual, desde o final do século XX, se proliferam comércios e espaços de lazer destinados ao público LGBT. O Gaixample ocupa aproximadamente o retângulo delimitado por duas importantes ruas da cidade: Balmes e Gran Vía de les Cortes Catalanas.

¹⁴ Circuit Festival é um festival internacional de gays e lésbicas que se celebra anualmente em Barcelona desde 2008 e que está relacionado com outros festivais semelhantes que ocorrem em cidades como São Francisco (EUA) e Sydney (Austrália), entre outras. Trata-se do maior festival de lazer com estas características que ocorre na Europa. Na edição de 2013 (de 7 a 18 de agosto), participaram aproximadamente 70.000 pessoas de mais de 50 países, e a capital catalã obteve um benefício comercial de 100 milhões de euros.

¹⁵ No caso específico dos sul-americanos, esta identificação com o crime e com a homofobia ocorre principalmente com os chamados “latin kings”, grupos de jovens sul-americanos de língua materna castelhana (equatorianos em sua maioria) e que, rotineiramente, são associados à criminalidade, à “vadiagem” e a posturas

Além de desconsiderar o fato de que diversos casos de violência contra pessoas do segmento LGBT são cometidos por catalães/espanhóis, estes processos de instrumentalização midiática – conduzidos por simpatizantes do homonacionalismo que fazem de parte das elites políticas e econômicas catalãs – concedem legitimidade a representações sociais conservadoras e que rotineiramente caracterizam os imigrantes (sobretudo os muçulmanos) como “arcaicos”, “patriarcais”, “homófobos”, “machistas” e “não-integráveis”. Em termos políticos, Jean Birnbaum (2009) postula que se trata de uma tendência “gay, branca e reacionária”, presente na França, na Espanha (que está crescendo em outros países da Europa meridional), e que articula dispositivos estruturais (policiais, judiciários, midiáticos, sanitários e educacionais) que visam substituir políticas de solidariedade, de coalizão e de mudança por políticas de criminalização, militarização, vigilância das fronteiras e perseguição de coletivos que, em termos durkheimianos, representariam “doenças” que precisariam ser extirpadas do corpo da sociedade.

Com atitudes deste tipo, argumenta Birnbaum (2009), se justificam atitudes racistas e xenófobas que impõem as suas culpabilidades a grupos oriundos de países muçulmanos. Com o respaldo desta lógica discriminatória, tal autor supõe que muitos homens brancos e gays europeus perdem com relativa facilidade o receio de expressar abertamente seus racismos e suas xenofobias, pois estariam assumindo posturas de legítimas “autodefesas” contra processos de violência, discriminações e agressões externas das quais seriam apenas vítimas, e não partícipes.

Sébastien Chauvin e Arnaud Lerch (2013) recordam que é imprescindível alertar cada vez mais a população europeia de maneira geral sobre os “nacionalismos sexuais”, ou seja, sobre as formas particulares através das quais a pretensa defesa dos direitos das mulheres e dos homossexuais pode ser manipulada discursivamente e baseada em orientações xenófobas e racistas. Para Chauvin e Lerch, tais modalidades de nacionalismos vêm sendo pleiteadas não apenas por partidos políticos, mas cada vez mais por associações que, teoricamente, protegem os grupos LGBT e isso faz com que partes expressivas destes grupos se encontrem, em países como Holanda, Alemanha, Reino Unido, França e Espanha, cada vez mais identificados com projetos nacionalistas ocidentais e que apresentam características utilitaristas, neoliberais, imperialistas e, em alguns casos, neocolonialistas.

machistas e conservadoras no que tange as relações de gênero. Para uma melhor compreensão dos “latin kings” com base em estudos sociológicos, ver Feixa, Pozio y Recio (2006).

Didier Lestrade (2012) considera que os gays franceses estão “contaminados” por uma “febre chauvinista”¹⁶ e relata que a maioria dos seus amigos (ativistas sociais LGBT ou “simpatizantes” da causa) lhe confessaram um crescente desprezo e aversão em relação aos bairros negros e árabes parisienses; bairros estes que teriam deixado de ser “franceses” e nos quais os homossexuais não poderiam adentrar sem correr o risco de sofrerem violências físicas ou verbais. Em seu livro que investiga as razões pelas os gays franceses estão cada vez mais conservadores e identificados com os partidos de direita, Lestrade conta ainda que outros colegas e amigos seus se empenham fortemente em não ceder às tentações homonacionalistas que, na contemporaneidade, circunscrevem a “galáxia LGBT europeia”.

No caso catalão, foi possível perceber através da participação no cotidiano do diversificado associacionismo LGBT que existe em Barcelona, que alguns grupos já são bem conscientes dos perigos que podem atravessar o homonacionalismo. Um fenômeno que para alguns grupos, é heterogêneo e que, para outros, apresentaria diferenças, mas que em essência, seria substancialmente conservador, racista e xenófobo. Por isso, estes últimos grupos vêm contestando o homonacionalismo na Catalunha através de práticas como a busca pela autogestão financeira (não depender das subvenções governamentais e/ou partidárias), assim como divulgar as possíveis associações entre posturas homonacionalistas e neonazistas, como podemos ver na clara associação que é feita na imagem abaixo:

¹⁶ O termo chauvinismo deriva do nome de Nicolas Chauvin, soldado do Primeiro Império Francês, que sob o comando de Napoleão Bonaparte demonstrou entrega e dedicação ao seu país por retornar diversas vezes aos campos de batalha após ser ferido em combate. A princípio, este termo foi utilizado para designar pejorativamente o patriotismo exagerado, com o passar do tempo, passou a se referir a diversos tipos de opiniões tendenciosas ou agressivas em favor de um país, de um grupo ou de uma ideia.

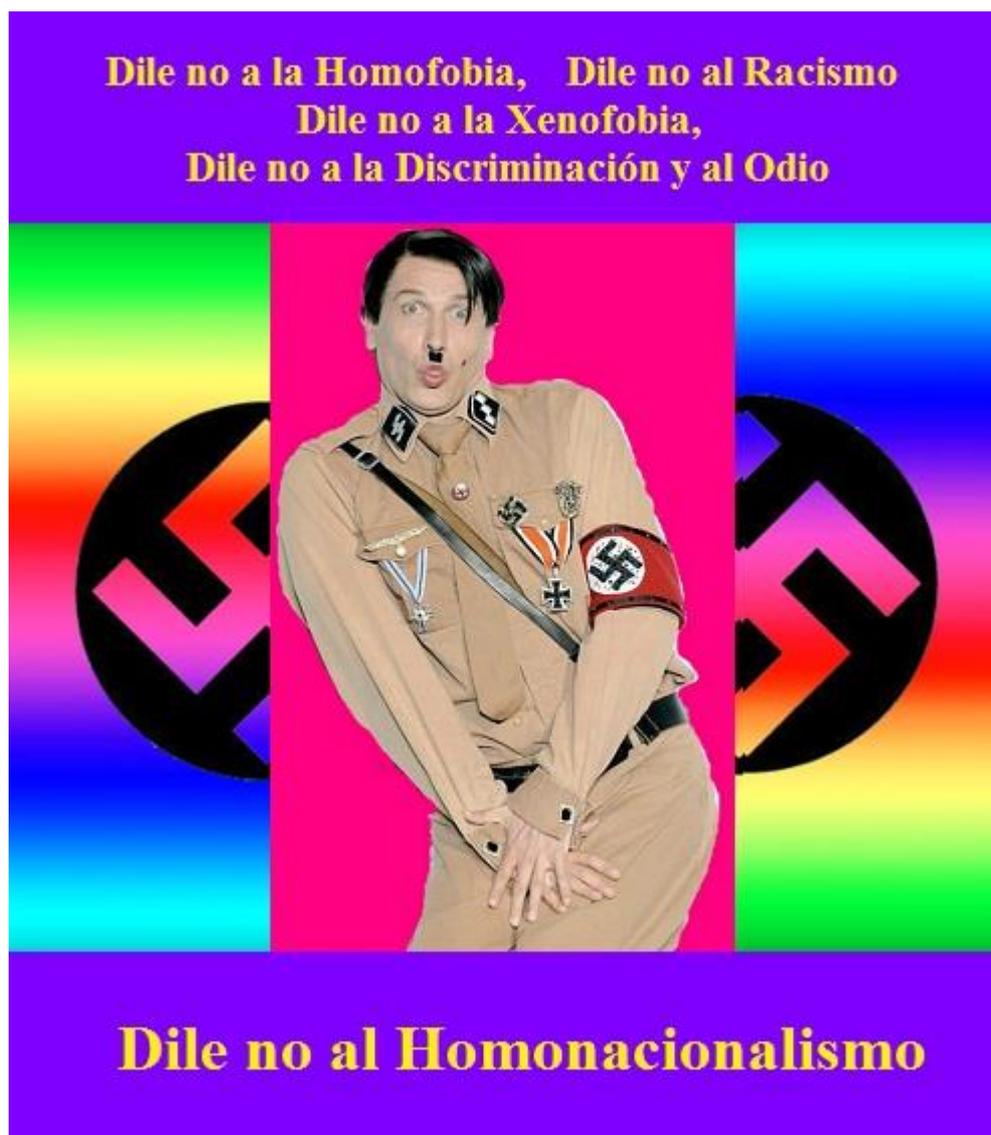


Figura 1: Propaganda do Col·lectiu Gai de Barcelona divulgada em 2013 em redes sociais da internet¹⁷

Falando a partir dos EUA, Scott Lauria Morgensen (2010, 2011) defende que o homonacionalismo produz uma cultura *queer* que possui uma função reguladora sobre as populações que são racializadas e sexualizadas dentro da biopolítica imperialista e colonialista de guerra contra o terror que o governo norte-americano empreende desde 2001. Para Morgensen, não é possível dissociar a propagação contemporânea de preceitos homonacionalistas na América do Norte e na Europa de uma conjuntura geopolítica e

¹⁷ Fonte da imagem: <https://www.facebook.com/Col.lectiuGaiDeBarcelona>. Acesso em 14 jan. 2014.

Em Português: “Diga não à homofobia, diga não ao racismo. Diga não à xenofobia, diga não à discriminação e ao ódio. Diga não ao homonacionalismo”. O Col·lectiu Gai de Barcelona (Coletivo Gay de Barcelona) é uma das principais organizações não-governamentais em defesa dos direitos da população LGBT no território barcelonês. Mais informações sobre esta ONG podem ser acessadas através da página: <http://www.colectiugai.org>. Acesso em 18 fev. 2014.

ideológica mais ampla que, em defesa de interesses econômicos neoliberais, fornece as estruturas sociais e simbólicas que permitem que a imperialidade seja ressignificada, que as dependências sejam redefinidas e que processos de colonização, sob novas roupagens, continuem expropriando e cerceando a liberdade de grupos sociais pobres, negros, latinos e árabes, tanto dentro quanto fora dos territórios europeus e norte-americanos. Na opinião deste autor, o “homonacionalismo colonizador” concatena e instrumentaliza as noções de raça, gênero e sexualidade e, por conta disso, pode ser desestabilizado através de ações políticas de grupos contra-hegemônicos que desafiem estas formações históricas e estruturais e que sejam capazes de articular e manter projetos *queer* que defendam a plena justiça e igualdade em relação à diversidade de gênero, ao caráter dinâmico e processual das identidades sexuais e que também sejam justificáveis às agendas das diversas lutas pela descolonização.

Viver e Conviver: os desafios da alteridade

Visando uma melhor compreensão desta realidade social, procuramos conversar com lideranças muçulmanas e com imigrantes que se definiam como praticantes do Islamismo em cidades catalãs como Barcelona, Sitges e Tarragona. Com alguns/as destes/as interlocutores/as, foi possível discutir abertamente não apenas sobre os problemas que são intrínsecos às suas trajetórias de vida como imigrantes, mas também sobre as interfaces analíticas entre as noções de xenofobia, (pós-)colonialidade e homonacionalismo, que constituem o cerne reflexivo deste artigo.

Falando sobre como percebe o crescimento de discursos políticos e de posturas de grupos sociais que fazem parte do heterogêneo segmento LGBT e que poderiam ser caracterizadas de homonacionalismo, M. Kashif, que já foi uma das vocais da ACESOP (Associação cultural educativa e social de mulheres paquistanesas de Barcelona), comentou:

Não compreendo como eles [os homossexuais] que foram tão perseguidos aqui pelo Franquismo, cada vez mais aqui em Barcelona demonstram simpatia por discursos xenófobos e de aversão à religião muçulmana. Parece que eles se esqueceram dos triângulos rosas¹⁸ que os nazistas colocavam neles e agora querem ser cúmplices da nossa etiquetagem como personas non gratas. [...] Eu sou feminista e pra mim está claro que as mesmas forças ideológicas machistas e conservadoras que oprimem as pessoas LGBT, também oprimem a nós mulheres muçulmanas, seja aqui na Catalunha ou lá

¹⁸ Triângulos rosas foram símbolos utilizados nos campos de concentração nazistas para indicar os homens que haviam sido presos por práticas homossexuais. Em sua biografia, Rudolf Brazda (2011), o último sobrevivente dos "triângulos rosas", relata como foi mantido no campo de concentração de Buchenwalde e libertado em 1945.

no Paquistão. [...] As ideias da Ayaan Hirsi Ali¹⁹ são bem vistas por aqui porque ela fala o que os conservadores querem ouvir, ou seja, que ser feminista e muçulmana são coisas incompatíveis. [...] Eu me sinto ofendida quando homogeneízam todas nós e principalmente quando nos associam aos valores homofóbicos [tradução do autor].

Para Kashif, é um erro não perceber que atos como os atentados terroristas ocorridos na Noruega em 22 de julho de 2011 (e promovidos por um jovem ligado a um grupo de extrema-direita) deixam claro que os governos dos países da União Europeia vêm dirigindo suas preocupações unicamente para o “perigo da islamização” do continente e menosprezaram as reais ameaças que o crescimento de grupos e partidos extremistas que pregam o ultranacionalismo e a xenofobia representa para toda a Europa. No caso das coletividades LGBT catalãs cujos membros crescentemente demonstram simpatia pelo homonacionalismo, esta ativista social acredita que tais coletividades deveriam ter uma visão mais crítica acerca das ideologias conservadoras: que historicamente lhes oprimiram, que na atualidade estão aparentemente “solidárias” às causas LGBT, mas que, num futuro próximo, “revelarão suas verdadeiras faces” e novamente irão perseguir minorias raciais, étnicas e sexuais, quando a participação destas minorias deixar de fazer parte dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Outros/as ativistas sociais que atuam em associações e ONGs que defendem direitos de algumas coletividades imigrantes árabes e/ou muçulmanas oriundas de diversos países (Marrocos, Nigéria e Argélia) também expuseram, durante entrevistas, argumentos semelhantes aos de Kashif. A partir de outras perspectivas, o equatoriano Rubén V., um dos secretários da Fedelatina (Federação de entidades latino-americanas da Catalunha) disse que alguns grupos de imigrantes sul-americanos (particularmente alguns evangélicos) vêm sendo acusados por associações LGBT de Barcelona de representarem um “atraso” ou um “retrocesso” aos valores democráticos catalães. Como um exemplo disso, Rubén fez referência ao caso de uma escola pública de Santa Coloma de Gramenet (município da província de Barcelona, integrante do “cinturão industrial” e que é comumente caracterizado como uma “terra de imigrantes”).

¹⁹ Ayaan Hirsi Ali é uma feminista e política de nacionalidade holandesa nascida na Somália. De 2003 até 2006, foi deputada pelo parlamento holandês e é uma destacada crítica do Islã e do seu caráter supostamente “machista”. Em virtude das controvérsias nas quais se envolveu por conta de suas declarações polêmicas e contrárias à expansão da presença islâmica na política europeia, Hirsi Ali recebeu inúmeras ameaças de morte e vive escondida e vigilada permanentemente por guarda-costas. Em seu famoso livro “Eu acuso”, Hirsi Ali (2006) faz uma contundente defesa da “emancipação das mulheres muçulmanas”.

Nesta citada escola, um grupo de mães evangélicas bolivianas solicitou formalmente à direção do centro educativo que tentasse criar salas de aula específicas para seus filhos com o argumento de que nas atuais salas da escola havia muitas crianças gays e lésbicas, assim como crianças cujos pais cujos pais faziam parte do segmento LGBT. Tais mães imigrantes argumentaram que estas crianças constituíam “más influências” para seus filhos e por isso, não queriam que a convivência escolar mútua entre eles continuasse. Além de revelar perigosas formas de discriminação, este caso específico demonstra o quanto é problemática a questão: pois se por um lado, os discursos homonacionalistas precisam ser combatidos, por outro, ocorrem com cada vez mais frequência no território catalão iniciativas semelhantes de outras coletividades imigrantes e que, do ponto de vista político, constituem ameaças aos valores democráticos e ao respeito à diversidade de gênero que deveria encontrar-se implícita nestes valores. Uma questão crucial, no sentido de subverter as imagens estereotipadas, homogeneizantes e essencialistas sobre o Islamismo que costumam ser propagadas pelos defensores do homonacionalismo, pode ser empreendida pelos muçulmanos LGBT ou por aqueles cujas práticas islâmicas não são incompatíveis com os ideais de respeito e tolerância.

Ahmed, 36 anos, nasceu na cidade marroquina de Errachidia e vive em Barcelona desde 2007. Ahmed é muçulmano de orientação sunita e quando questionado sobre como pratica esta religião na capital catalã, ele relatou que é homossexual e assim como outros/as imigrantes do Magreb com os/as quais convive no bairro de Poble Sec, vivencia o Islamismo exclusivamente na esfera doméstica. Na sua opinião, existem muitos outros muçulmanos gays na Catalunha, mas eles estariam “escondidos”, “enrustidos” e “desarticulados” e, devido a isso, apenas os islâmicos conservadores possuem visibilidade e são percebidos, pela maioria dos catalães como a totalidade de um coletivo religioso e imigrante que é significativamente heterogêneo.

Ahmed comentou que, se por um lado já sofreu discriminações pelo fato de ser árabe, por outro, percebe que muitos catalães nutrem um “desejo proibido” por homens como ele. Nesse sentido, Ahmed supõe que imigrantes como ele só não sofrem mais preconceitos na Catalunha porque embora rechaçados pela maioria dos homens heterossexuais, são desejados por boa parte das mulheres heterossexuais e dos gays²⁰. Por isso, ele considera que os

²⁰ Tentando atualizar alguns preceitos expostos por Edward Said (2007) em sua clássica obra sobre o “Orientalismo”, Joseph Allen Boone (2014) comenta que as práticas políticas que podem ser chamadas de homonacionalistas estão, em certo sentido, relacionadas com versões “repaginadas” de percepções enviesadas e reducionistas em relação ao Oriente Médio e ao universo simbólico-imagético relacionado à sexualidade e à virilidade que esta área geográfica sempre despertou no “Ocidente”.

partidários do homonacionalismo são “hipócritas” e justificou esta sua posição argumentando que já se envolveu afetivamente com políticos que, em seus discursos, combatem veementemente a “islamização” da Catalunha e da sua cultura.

Ahmed se considera um “visionário” e acha que, com o passar do tempo, poderá se unir com outros muçulmanos gays e abrir em Barcelona uma mesquita “inclusiva”, seguindo o exemplo de Ludovic-Mohamed Zahed, francês de origem argelina que em 2012, fundou a primeira “mesquita gay” da Europa²¹. Como estratégias de sobrevivência e integração social que desenvolveu desde que chegou à Catalunha, Ahmed se referiu à sua postura independentista (que defende a criação de um Estado catalão, separado da Espanha) e da sua aproximação com o segmento barcelonês com o qual mais se identifica e no qual desejava inserir-se: o do ativismo LGBT apartidário.

Diversas ONGs de Barcelona que defendem os direitos LGBT se consideram “apartidárias” e foi possível perceber uma clara divisão entre as associações que possuem uma forte vinculação político/partidária e aquelas que procuram atuar politicamente de forma autônoma, como por exemplo, a FACG²². Para um catalão que costuma participar das ações promovidas pela FACG e com quem dialogamos, o homonacionalismo é constituído, na Catalunha, a partir de uma dupla exotização da homofobia que tanto aprofunda, quanto perpassa as fronteiras geográficas europeias: de um lado, propaga-se o ódio em relação às zonas do planeta caracterizadas como “bárbaras” e “selvagens” (países muçulmanos, especialmente), do outro lado, os subúrbios das metrópoles são também, dentro destas lógicas segregacionistas, descritos como zonas “antidemocráticas” e “anti-LGBT” devido à forte presença de imigrantes conservadores nelas.

Tais processos de exotização, na opinião deste citado interlocutor, remetem a questões históricas de luta por poder e por legitimidade no seio das sociedades europeias e as perspectivas de solução pacífica e democrática deveriam partir de quatro importantes iniciativas: 1) combater as inclinações islamóforas e homonacionalistas no interior da coletividade LGBT, 2) combater a homofobia entre os muçulmanos, 3) estreitar os diálogos com o segmento LGBT oriundo dos países muçulmanos, africanos, asiáticos e sul-americanos que vivem na Catalunha e que, em muitos casos, emigraram em busca de dignidade e

²¹ Fonte: <http://www.espanol.rfi.fr/sociedad/20121130-abre-en-paris-la-primera-mezquita-gay-de-europa>. Acesso em 07 out. 2013.

²² FACG – Front d'Alliberament Gai de Catalunya (Frente de Libertação Gay da Catalunha) é uma histórica associação LGBT barcelonesa que se define como “apartidária” e que, durante as pesquisas etnográficas que fundamentam este artigo, não possuía vínculos formais com nenhuma denominação política da Catalunha.

reconhecimento das suas identidades de gênero e 4) promover uma maior articulação entre as associações LGBT catalães e dos países de origem dos imigrantes que estejam abertos ao diálogo, no intuito de fomentar redes transnacionais de cooperação que possam questionar os essencialismos, promover diálogos simétricos entre as diferentes cosmologias e, assim, fortalecer a “democracia em seu sentido pleno”, isto é, não restrita às lógicas nacionais e que contemplem características supranacionais.

Na opinião de Alexandre Jaunait (2011), os ativistas LGBT europeus deveriam visualizar o potencial transformador que tais articulações fornecem e promover agendas mais amplas em defesa dos direitos sexuais que contemplassem, por exemplo, ações que comumente não se encontram nas campanhas “ocidentais” de defesa dos direitos humanos: como a luta pela despenalização universal da homossexualidade ou pelo matrimônio igualitário (entre pessoas do mesmo sexo). Para Jaunait, é necessário reconhecer que o homonacionalismo constitui um fenômeno transversal, contraditório e complexo e que as perspectivas políticas e de mobilizações sociais mais viáveis para enfrentá-lo são aquelas que não obrigam a escolher entre homofobia ou xenofobia devido a um suposto “choque sexual das civilizações”, mas que reconhecem a existência de campos de batalha homonacionalistas em nações como França e Espanha/Catalunha e que procuram evidenciar suas intersecções e suas contradições inerentes. Dessa forma, Jaunait acredita que seja possível evidenciar a porosidade das ideologias e a fragilidade dos discursos sociais e políticos dicotômicos que não conseguem perceber que a noção de alteridade é eminentemente relativa, pois aos olhos dos imigrantes muçulmanos, comumente acusados de homofobia, nós, ocidentais, é que encarnamos os “outros” – pessoas que em diversos casos querem lhes impor formas de reprodução social e novos *modos de fazer mundos* (GOODMAN, 1978).

Considerações Finais

Os dados etnográficos e as reflexões apresentadas mostram como o fenômeno do homonacionalismo é plural e pode abarcar ideologias que se diferenciam substancialmente umas das outras. No caso da Catalunha, existe a particularidade (e também o agravante) do independentismo e do fato de muitos catalães se reconhecerem como sendo historicamente “colonizados” pela Espanha e, nos últimos anos, pelos países da Europa setentrional (particularmente a Alemanha) que impõe as questionáveis políticas de austeridade; políticas estas que se refletem nas dimensões do gênero e da sexualidade (principalmente devido aos

recortes nos investimentos sociais em saúde e educação) e que foram apontadas, por diversos/as interlocutores/as desta investigação, como políticas de “austericídio” e de “colonização”.

Ou seja, considerando a noção êmica de que quando economistas como Paul Krugman afirmam que o crescente agravamento da crise econômica no Estado espanhol e em outros países do Mediterrâneo desde 2008 fez com que eles passassem a integrar (em termos sociais e políticos) o “Sul” do mundo²³, que tais economistas estariam em sintonia com os interesses econômicos e geopolíticos de nações e grupos “neo-colonizadores”, então podemos refletir a hipótese que as realidades sociais aqui apresentadas são circunscritas por processos de colonialidade e por projetos de pós-colonialidade. Processos e projetos estes que envolvem as *dimensões do ser, do saber e do poder* (Quijano, 2000) e que, dinamicamente e de maneiras específicas, interconectam as históricas lutas latino-americanas pelo “giro descolonial”; com a dimensão simbólica de que tais fenômenos apresentam particulares e agonísticos circuitos de dádivas, contam com a presença significativa de imigrantes latino-americanos, africanos e asiáticos e que, por isso, fornecem subsídios para refletirmos sobre as interfaces entre dom, cosmopolitanismo e pós-colonialidade.

Os grupos de interlocutores que participaram desta investigação (que configura o aprofundamento de um estudo mais amplo – Silva, 2013 e é parte de uma pesquisa pós-doutoral) deixaram evidente como o homonacionalismo vem sendo difundido, interpretado, defendido e contestado de formas diferenciadas na Catalunha: população LGBT, ativistas sociais, políticos e imigrantes concordam acerca da existência do(s) problema(s), mas o fato de o(s) perceber(em) a partir dos seus respectivos e particulares pontos de vista, gera o que Paul Ricoeur (1969) chama de *conflitos de interpretação*.

Sendo assim, e parafraseando Judith Butler (1990) em suas discussões sobre o feminismo, nas discussões futuras sobre o homonacionalismo tanto dentro quanto fora da Europa, nos parece imprescindível indagar: afinal, de quais homossexuais estamos falando? Estamos conseguindo falar de todos/as e abarcar as suas heterogeneidades? Todos/as estão sendo escutados/as e tendo suas opiniões consideradas em termos políticos? A relevância destas perguntas remete à necessária consideração de que existem homonacionalismos e, por isso, é importante questionar sobre quais são as modalidades que estão sendo produzidas e quais segmentos estão efetivamente participando dos diálogos, de forma simétrica. Se tais

²³ Fontes: <http://www.economics21.org/blog/paul-krugman-and-euro>.
<http://informazioneconsapevole.blogspot.com.br/2011/11/paul-krugman-litalia-con-leuro-si-e.html>.
Acessos em 25/03/2013.

preocupações não estivessem presentes nas nossas reflexões, por exemplo, não teríamos percebido que na Catalunha, os atores sociais visualizam e alegam vivenciar diferentes modalidades de homonacionalismo (conservador, socialista, democrático, etc.) e que uma parte dos/as muçulmanos/as demonstrou uma visão mais crítica e reflexiva do que a da maioria dos catalães em relação a tais processos.

Como vimos anteriormente, o homonacionalismo constitui um fenômeno complexo, controverso, concatenado a conjunturas mais amplas de mudança social e que, por conta disso, necessita ser refletido considerando diversas perspectivas: não apenas as inclinações islamóforas e homonacionalistas da coletividade LGBT, mas também a inegável homofobia que existe em parte dos grupos machistas, sexistas e heteronormativos, assim como em grupos de muçulmanos, judeus, católicos e evangélicos ultraconservadores. Nesse sentido, procurar estreitar os diálogos com o segmento LGBT oriundo dos países muçulmanos, africanos, asiáticos e sul-americanos que vivem na Catalunha, assim como fomentar uma maior articulação entre as associações LGBT catalães e dos países de origem destes imigrantes constituem algumas das diversas ações de cunho democrático que necessitam ser empreendidas pelas populações envolvidas no sentido de que o Sul da Europa em geral, e a Catalunha em particular, possam, como demonstraram desejar diversos/as interlocutores/as, ser espaços geográficos “democráticos” e “descolonizados” do ponto de vista econômico, social e (geo)político.

Para concluir, nos parece interessante fazer referência a uma das conversas que tivemos com Ahmed sobre como a xenofobia e a homofobia são reais ameaças à democracia nos atuais cenários sociais e políticos europeus. Ahmed é interessado na história do nazismo e falando sobre tais ameaças contemporâneas e sobre o que deseja em relação ao futuro, se referiu à “Noite dos cristais” (*Kristallnacht*), nome popularmente dado aos atos de violência que ocorreram em 9 de novembro de 1938 em diversas localidades alemãs e austríacas então sob o domínio nazista, e que se configurou na destruição de sinagogas, lojas, moradias e de agressões contra judeus. Este interlocutor deseja que futuramente ocorra uma noite dos cristais na Catalunha, mas não uma de ódio como a da Alemanha nazista e que deixou muitos cacos de vidro espalhados pelas ruas, mas sim uma na qual “*possam ser difundidos, por todos os lados, sorrisos que reluzem como cristais e que refletem a concretização dos desejos daqueles que, como eu, continuam oprimidos aqui na terra*”.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Taurus. 1974.
- BIRNBAUM, Jean. *Les Maoccidents. Un néoconservatisme à la française*. Paris: Stock. 2009.
- BOONE, Joseph Allen. *The Homoerotics of Orientalism*. New York: Columbia University Press. 2014.
- BRAZDA, Rudolf. *Triângulo Rosa. Um homossexual no campo de concentração nazista*. São Paulo: Mescla Editorial. 2011.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge. 1990.
- CAIRO, Heriberto; GROSGOUEL, Ramón.. *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Un diálogo Europa-América Latina*. Madrid: IEPALA Ediciones. 2010
- CHAUVIN, Sébastien; LERCH, Arnaud. *Sociologie de l'homosexualité*. Paris: La Découverte. 2013.
- DI SCIULLO, Luca. “Potenziale, processi e politiche di integrazione”, In CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010. Roma: Idos Edizioni, 2010. pp: 319-328.
- ERES RIGUEIRA, José Benito; ALCAIDE, Carlos Villagrasa. *Homosexuals i Transsexuals: Els altres represaliats i discriminats del Franquisme, des de la memòria històrica*. Barcelona: Bellaterra. 2008.
- ERIBON, Didier. *Réflexions sur la question gay, nouvelle édition, revue et augmentée*. Paris: Champs-Flammarion. 2012.
- _____. *La société comme verdict. Classes, identités, trajectoires*. Paris: Fayard. 2013.
- FALLACI, Oriana. *La rabbia e l'orgoglio*. Milano: Rizzoli. 2001.
- FASSIN, Eric. *Le sexe politique. Genre et sexualité au miroir transatlantique*. Paris: Éditions EHESS. 2009.
- FEIXA, Carles; PORZIO, Laura y RECIO, Carolina. *Jóvenes 'latinos' em Barcelona: Espacio público y cultura urbana*. Barcelona: Anthropos Editorial. 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hackett. 1978.
- HIRSI ALI, Ayaan Hirsi. *Yo acuso: defensa de la emancipación de las mujeres musulmanas*. Barcelona: Galaxia Gutenberg. 2006.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34. 2003.
- JAUNAIT, Alexandre. Retours sur les nationalismes sexuels, *Genre, sexualité & société*. 2011. Disponível e: <http://gss.revues.org/1957>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- LESTRADE, Didier. *Pourquoi les gays sont passés à droite*. Paris: Le Seuil. 2012.

MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. In Paulo Henrique Martins e Roberta B. C. Campos (Org.). *Polifonia do Dom*. Recife: UFPE, 2006. pp: 87-123.

_____. “Dom do Reconhecimento e saúde: elementos para entender o cuidado como mediação”, In Roseni Pinheiro e Paulo Henrique Martins (Org.). *Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde*. Rio de Janeiro: Editoras da UERJ e da UFPE, 2011. pp: 39-50.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo: Edusp. 1974 [1923-24].

MORERAS, Jordi. *Musulmanes en Barcelona. La heterogénea evolución de una realidad plural*. Barcelona: Fundació Cidob. 2010.

MORGENSEN, Scott Lauria. Theorizing Settler Colonialism within Queer modernities. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 16(1), 2010. pp. 105-131.

_____. *Spaces between Us: Queer Settler Colonialism and Indigenous decolonization*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2011.

PRATO, Giuliana. “Introduction – Beyond Multiculturalism: Anthropology at the intersections between the local, the national and the global”. In *Beyond Multiculturalism. Views from Anthropology*. Cornwall: Ashgate, 2009. pp. 01-19.

PUAR, Jasbir K. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press. 2007.

_____. Rethinking Homonationalism. *Int. J. Middle East Studies*, 45(2). 2013. pp. 336-339.

QUIJANO, Anibal. *Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America*. Durham, North Carolina: Duke University Press. 2000.

RICOEUR, Paul. *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique I*. Paris: Le Seuil. 1969.

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SANT, Xavier Rius. *Xenofòbia a Catalunya*. Barcelona: Edicions De 1984. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Critical Review of Social Sciences*, 78(2). 2007. pp. 3-46.

SEGLERS, Àlex. *Musulmans a Catalunya. El repte de la integració i la llibertat religiosa*. Barcelona: Angle Editorial. 2011.

SILVA, Marcos de Araújo. *Dinâmicas da Migração Brasileira e Crise do Welfare State na UE Pós-2008: Uma Etnografia a partir de Roma e Barcelona*. Tese de Doutorado em Antropologia. UFPE. 2013.

SURRENTI, Silvia. “The Consumption of Experience and the Ethnic Market”, In Giuliana Prato (Ed.), *Beyond Multiculturalism*. Cornwall: Ashgate, 2009. pp. 201-216.

VERSTRYNGE, Jorge. *Contra quiénes luchar*. Madrid: Ediciones Península. 2013.

YE’OR, Bat. *Eurabia: The euro-arab axis*. Cranbury, NJ: Fairleigh Dickinson University Press. 2005.

Recebido em: 13/03/2014 Aceito em: 15/07/2014